EDUARDO PIRES CASTANHO FILHO (1948-2017)

Eduardo Pires Castanho Filho nasceu na cidade de Santos, Estado de São Paulo, em 11 de março de 1948. Passou a adolescência em Santo André, onde cursou o ginásio e o científico na turma de engenharia. Casou-se com Maria Silvia Domicildes Oliveira, com quem teve dois filhos, Guilherme e Renata, e três netos: Gustavo, Juliana e João. Era apreciador e praticante de desenho, pintura, escultura e música.

Faleceu na cidade de São Paulo, em 25 de fevereiro de 2017, aos 68 anos. Plantou inúmeras árvores e escreveu muito mais do que um livro¹.

FORMAÇÃO

Prestou vestibular em Piracicaba para Agronomia, onde obteve o título de Engenheiro Agrônomo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), em 1970. Fez curso de aperfeiçoamento "Planification du Development", no Institut Agronomique Méditerranéen de Montpellier, França, entre 1975 e 1976. De 1981 a 1982, participou do curso de mestrado em Economia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o qual foi interrompido. No período em que foi chefe de gabinete da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, cursou Desenvolvimento Florestal em Garpenberg, na Suécia, quando pôde conhecer o agronegócio florestal da Suécia.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

A maior parte de suas atividades profissionais esteve ligada a questões florestais e ambientais.

Ao se formar, foi trabalhar com reflorestamento (Santa Fé e Valpanema), trabalho que viria a balizar sua vida profissional voltada para as questões da conservação dos recursos naturais.

Em 1973, ingressou no Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e, já em 1975, no curso em Montpellier, fez as primeiras incursões de pesquisa aproveitando os conceitos de *filières* (cadeias produtivas) na agricultura e do consumo calórico como forma de aferir a eficiência energética do agroecossistema, trazidos do seu curso de aperfeiçoamento em planejamento rural, para elaborar um estudo sobre o perfil energético da agricultura, como forma de criticar o modelo tecnológico vigente.

Assumiu o Grupo de Planejamento Central da SAA, com o qual iniciou as primeiras práticas de tecnologia da informação (TI) na pasta.

Ainda neste primeiro período das atividades profissionais, militou na Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo (AEASP), fazendo parte de sua diretoria em 1976, na qual organizou os primeiros Congressos Paulistas de Agronomia. Participou na formação da Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e posteriormente, entre 2002 e 2007, fez parte do Comitê de Certificação de Produtos Orgânicos da Organização Internacional Agropecuária (OIA), participando da análise desses processos em unidades de produção orgânicas.

Com a eleição direta de Franco Montoro como governador de São Paulo em 1982, as forças de oposição nas secretarias estaduais ascenderam aos cargos de direção. Drepo, como era chamado trabalhou na reestruturação da SAA, trazendo outros colaboradores com experiência para áreas carentes de pessoal, quando exerceu também a função de Coordenador da Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN) de 1983 a 1986.

¹Mais informações ver em: GORENSTEIN. O. **Eduardo Pires Castanho Filho**: Drepão, Esalq70, *In memorian*, 1948-2017. Piracicaba: ADEALQ/ESALQ, 4 mar. 2017. Disponível em: http://www.esalqueanos.org.br/blog/eduardo-pires-castanho-filho---drepao---esalq-70-in-memorian-1948---2017-1795. Acesso em: dez. 2017.; FOELKEL, C. **Eduardo Castanho**. Grau Celsius: Porto Alegre, 2017. Disponível em: http://www.celso-foelkel.com.br/artigos/outros/A3_Eduardo_Castanho_Perfil.pdf. Acesso em: dez. 2017.

Tomou parte da criação, em 1983, do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), e saiu da CPRN para participar da criação da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) do Estado de São Paulo, em 1986, assim como participou do Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DPRN) e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal), criada pela Lei n. 5.208 de 01/07/1986 e regulamentada pelo Decreto n. 25.952, de 29/09/1986, da SMA, sendo seu primeiro Diretor Executivo.

A Fundação Florestal foi designada para dar agilidade e eficiência gerencial para conduzir uma política de longo prazo. Prestou serviços nela até 31/12/1994, no final, como analista ambiental. Durante sua gestão, a fazenda Intervales (hoje Parque Estadual Intervales), que foi adquirida em 1987, implantou a visitação ordenada e controlada pela primeira vez no Estado de São Paulo, tornando-se referência na área de educação ambiental e ecoturismo, este como alternativa de geração de renda aproveitando os atributos cênicos e paisagísticos dos ambientes naturais preservados. A compra teve relação com a mudança de posição do Estado para uma visão conservacionista em relação à natureza.

Coordenou o Plano de Desenvolvimento Florestal Sustentável (PDFS) de São Paulo, que teve como meta o plantio de até quatro milhões de hectares com florestas nativas e exóticas com aproveitamento de terras aptas a estas atividades e, por 25 anos, foi um instrumento de orientação de ações normativas do governo, além de procurar ordenar suas ações e delimitar os rumos que orientariam a iniciativa privada e organizações do terceiro setor em relação à área florestal.

Criou o Fundo Florestar e, de 1993 a 2013, foi editor da revista "Florestar Estatístico" que teve como mérito antecipar muitas tendências sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e ainda ser uma ferramenta de subsídio e acompanhamento do PDFS.

Foi nomeado chefe de gabinete da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, no período de 1995 a 2002, quando teve oportunidade de coordenar a implantação do orçamento estadual pela *internet*, cuja concepção e implantação foi do colega e amigo José Ricardo Junqueira. Neste período, pôde conhecer o agronegócio florestal da Suécia.

Prestou serviços no gabinete do Coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), da SAA, no período de 08/06/2002 a 28/02/2006.

Nas palavras de um dos seus mais próximos colaboradores, Luis Fernando da Costa Alves Feijó, temos a dimensão do importante papel que exerceu para o setor florestal e nos temas a ele relacionados:

Minha convivência profissional com o Drepão, assim como vários colegas de minha geração, foi marcada por uma grande admiração pela pessoa e pelo técnico que, seja como pesquisador ou formulador de políticas públicas, sempre se pautou pela valorização da democracia, pelas aspirações provocadas pelo tema do desenvolvimento, do planejamento e a construção de sistemas de informação para apoiar tais atividades. Além disso, observei um profissional que, muitas vezes em ambientes de discussão conservadores, pautou seu pensamento e prática em conceitos modernos que superaram a dualidade entre economia e, por exemplo, meio ambiente.

No período de 1983 a 1986 em que fui seu assistente técnico na Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN) na Secretaria de Agricultura e Abastecimento onde fizemos um trabalho importante intitulado "Estratégia Setorial dos Recursos Naturais do Estado de São Paulo – Uma contribuição mundial para a Conservação" todas as características assinaladas anteriormente já se fizeram pronunciar. Este trabalho, uma síntese das diversas atividades propostas e consolidadas durante o então governo Montoro, foi tornado público em 1986 e organizou todas as atividades da CPRN discutidas no período em Unidades de Trabalho sob eixos temáticos como a preservação, o uso sustentável dos recursos naturais e a educação ambiental preconizados pela International Union for Conservation of Nature (IUCN). Foi a primeira vez que o tema Educação Ambiental apareceu nesta perspectiva de política pública setorial. Para suportar toda esta política foi criada também o Sistema de Informações de Pesquisas e Atividade (SIAPA).

Na Fundação Florestal, novamente aparecem todos os elementos formuladores e gestores de política pública como a participação, o planejamento, conceitos inovadores e sistema de informação. Tais elementos foram materializados no PDFS, na organização do setor florestal paulista na associação do então Fundo Florestar (juntado governo, empresas e organizações não governamentais) e na criação e divulgação periódica do "Florestar Estatístico". O PDFS inovou na medida em que dispôs de um amplo diagnóstico do setor florestal paulista e identificou um *deficit* de madeira para diversos fins no estado e a necessidade de recuperação florestal com nativas para colocar o Estado de São Paulo em níveis de conservação internacionalmente aceitos. Apoiando-se em análises de aptidão das terras em âmbito regional, propôs que o plano fosse implantado por bacias hidrográficas, novamente uma abordagem inovadora no início dos anos 1990. Para monitorar o plano e subsidiar a tomada de decisão, criou o boletim "Florestar Estatístico", que logo passou a ser referência nacional, com a finalidade de acompanhar as principais cadeias produtivas da conservação e produção florestal no Estado de São Paulo.

Recentemente vinha, trabalhando com outras pessoas na consolidação do Instituto Sistema de Informações Florestais (SISFLOR), cujo objetivo é acompanhar e monitorar os diversos segmentos do setor florestal e suas cadeias de valor frente às demandas por dados decorrentes do novo Código Florestal e dos temas decorrentes da Mudança Climática.

Eduardo Castanho retornou ao IEA em 2006, onde usou sua experiência em questões florestais para estabelecer um sistema de informações dessa área, com coleta de dados, elaboração de índices de preços e estimativa do valor da produção florestal estadual. Escreveu e colaborou em grande número de artigos técnicos, principalmente na publicação *online* "Análises e Indicadores do Agronegócio", com dados e análises relevantes ao setor que geraram vários debates.

Foi pioneiro nas áreas de conceito de agronegócio, energia na agricultura, supercongelamento de alimentos, agricultura e meio ambiente, políticas públicas e legislação ambiental. Estruturou o Sistema de Informações Florestais do Estado de São Paulo, solidificando a área de economia florestal no IEA, com a implantação da coleta sistemática de dados, elaboração de índices de preços e estimativa do Valor da Produção Florestal do Estado (VPA).

Sua última obra foi o livro, publicado em 2017, "São Paulo: do desmatamento às Novas Fronteiras 1980-2015". Organizado em conjunto com o pesquisador Mário Pires de Almeida Olivette e a participação de uma grande equipe, pautou-se pela troca de ideias sobre a situação atual da agricultura e meio ambiente, e teve como base científica a questão da existência de uma nova fronteira da ciência e eficiência. Focou no desenvolvimento do uso do espaço rural, tendo em conta as alterações físicas, sociais, econômicas e ambientais que ocorreram no estado paulista, tendo as florestas como base.

Tinha muitas virtudes, inclusive a gentileza e a meiguice no trato com os colegas. Possuía uma memória invejável e um fino senso de humor. Era amante do desenho, mas acabou substituindo essa arte por outra: os *kuazyhaicays*, que podem ser admirados no *site* da Associação dos Ex-Alunos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ADEALQ), da qual foi colaborador.

BIBLIOGRAFIA

Legenda:★significa melhores trabalhos segundo seleção dos autores do necrológio.

ANGELO, J. A. et al. Distribuição e representatividade das exportações dos agronegócios de 2009-2010, realizadas pelas empresas sediadas nas diversas regiões paulistas. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 6, n. 3, p.1-8, mar. 2011.

CASER, D. V. et al. Valor da produção agropecuária por região, Estado de São Paulo, 2011. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 7, n. 6, p.1-8, jun. 2012.

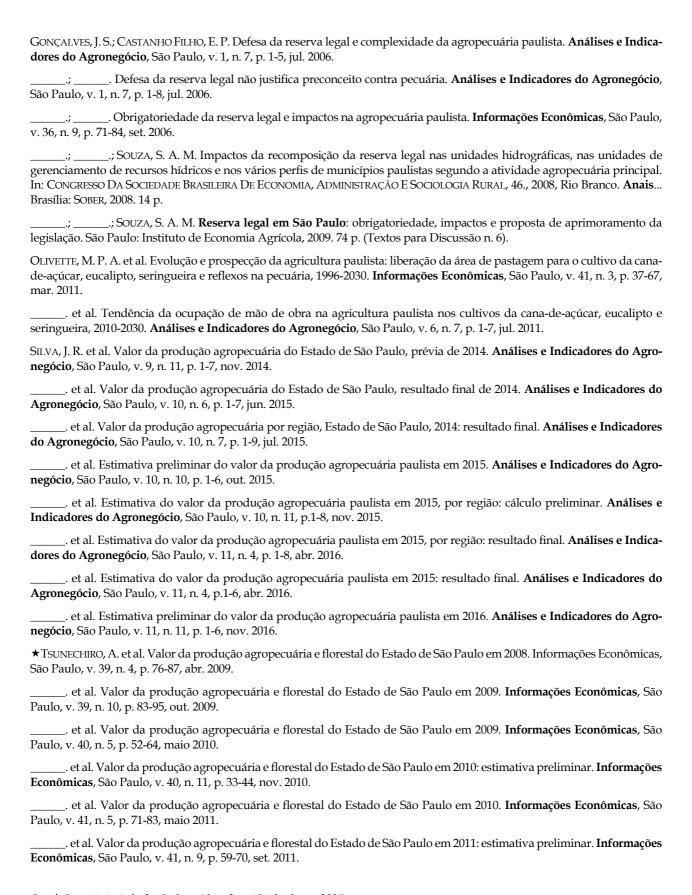
Castanho Filho, E. P.; Chabaribery, D. Perfil energético da agricultura paulista. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 30, n. 1-2, p. 63-115, 1983.

	NHO FILHO, E. P. Agronegócio florestal de São Paulo e o mercado de sequestro de carbono. Análises e Indicadores do negócio , São Paulo, v. 1, n. 9, p. 1-6, set. 2006.
2006.	Reserva legal e leis agrícolas ultrapassadas. Análises e Indicadores do Agronegócio , São Paulo, v. 1, n. 9, p. 1-6, set.
	Metodologia para implantação de cédula do produto rural florestal de madeira de reflorestamento de eucalipto. nações Econômicas, São Paulo, v. 36, n. 10, p. 59-70, out. 2006.
	Florestas: novas opções de investimentos (investir no não-uso). Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, . 10, p. 1-7, out. 2006.
	Eucalipto: demanda crescente. Florestar Estatístico , v. 9, n. 18, p. 9-19, nov. 2006.
	(Coord.) Sistema de informações florestais do Estado de São Paulo. Florestar Estatístico , v. 9, n. 19, nov. 2006. to Especial).
	Prospecção da viabilidade econômica do Programa Estadual de Madeiras de Lei. Informações Econômicas , São v. 37, n. 3, p. 14-26, mar. 2007.
	; FEIJÓ, L. F. C. A. Levantamento mensal de preços recebidos pelos produtores florestais no Estado de São Paulo. In- ções Econômicas, São Paulo, v. 37, n. 10, p. 7-19, out. 2007.
2008.	Pagamento pelos serviços da Reserva Legal. Análises e Indicadores do Agronegócio , São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-4, jan.
*	Florestas e bioenergia. Informações Econômicas , São Paulo, v. 38, n. 2, p. 52-67, fev. 2008.
	Consumo aparente, cotação e valor da produção de madeira de florestas plantadas no Estado de São Paulo: uma das últimas décadas. Análises e Indicadores do Agronegócio , v. 3, n. 4, p. 1-6, abr. 2008.
	. O uso permitido da reserva legal. Análises e Indicadores do Agronegócio , v. 3, n. 5, p. 1-4, maio 2008.
	. Estímulos às atividades florestais. Análises e Indicadores do Agronegócio , São Paulo, v. 3, n. 9, p. 1-5, set. 2008.
	Um plano estadual para florestas energéticas . São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2009. 43 p. (Textos para ssão n. 1).
	Oportunidades em mudanças na reserva legal . São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2009. 11 p. (Textos para ssão n. 13).
	et al. Avaliação do Plano de Desenvolvimento Florestal Sustentável (PDFS) , 1993-2009. São Paulo: Instituto de Eco- a Agrícola, 2009. 59 p. (Textos para Discussão n. 16).
	; FEIJÓ, L. F. C. A. Cobertura florestal e considerações de política florestal. Informações Econômicas , São Paulo, v. 39, . 5-9, jul. 2009.
n. 24).	Agropecuária na avaliação do milênio . São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2010. 14 p. (Textos para Discussão
	. Agricultura e aquecimento global. Análises e Indicadores do Agronegócio , São Paulo, v. 5, n. 2, p.1-4, fev. 2010.
40, ma	_ et al. Índice de preços de eucalipto para o Estado de São Paulo. Informações Econômicas , São Paulo, v. 40, n. 3, p. 29- ar. 2010.
	; ANGELO, J. A. Índice de preços de eucalipto para indústria e energia em nível de produtor, Estado de São Paulo, 2010. Análises e Indicadores do Agronegócio , São Paulo, v. 5, n. 5, p. 1-3, maio 2010.
	; MACEDO, A. C. Modernizar e tecnificar o Código Florestal. Análises e Indicadores do Agronegócio , São Paulo, v. 5, . 1-5, jun. 2010.
	O ano internacional das florestas e o Código Florestal. Análises e Indicadores do Agronegócio , São Paulo, v. 6, n. 1, fev. 2011.
	; ANGELO, J. A. Mercado de produtos de eucalipto em São Paulo. Análises e Indicadores do Agronegócio , São Paulo, . 2, p. 1-4, fev. 2011.

CASTANHO FILHO, E. P.; MACEDO, A. C. Agroxenofobia: a bioxenofobia travestida de ciência. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 1-3, abr. 2011. .; ANGELO, J. A.; OLIVETTE, M. P. A. Índice de preços de resinas de Pínus para o produtor, Estado de São Paulo, 2009-2011. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 6, n. 5, p. 1-4, maio 2011. . Ciência, ambientalismo, instituições científicas e o Código Florestal. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 1-4, jun. 2011. et al. Elaboração de índice de preços de resinas e aspectos da cadeia produtiva de pínus para o Estado de São Paulo, e seu comportamento de janeiro de 2005 a abril de 2011. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 41, n. 6, p. 47-58, jun. 2011. _.; OLIVETTE, M. P. A. Código Florestal: cavalo selado não passa duas vezes. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 1-7, nov. 2011. .; ANGELO, J. A.; OLIVETTE, M. P. A. Mercado de produtos de eucalipto em São Paulo, 2011/2012. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 7, n. 5, p. 1-5, maio 2012. __; CAMPOS, A. D. C. Código Florestal: sancionar e propor um melhor. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 7, n. 5, p. 1-5, maio 2012. .; ANGELO, J. A.; OLIVETTE, M. P. A. Índice de preços de resinas de Pínus para o produtor, Estado de São Paulo, 2009-2012. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 7, n. 6, p. 1-4, jun. 2012. .; CAMPOS, A. D. C.; ANGELO, J. A. Novo Código Florestal: uma lei Frankenstein. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 7, n. 11, p. 1-5, nov. 2012. . et al. A evolução da agropecuária paulista e a implantação da legislação ambiental: impactos socioeconômicos e ambientais. Informações Econômicas, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 5-26, jul./ago. 2013. ... "Aquonegócio". **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-6, jan. 2015. _; CAMPOS, A. D. C.; OLIVETTE, M. P. A. Código florestal paulista: pau que nasce torto... Análises e Indicadores do Agro**negócio**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-7, jan. 2015. ___; ____. Água e uso pela agropecuária: neomalthusianismo hídrico. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 1-12, mar. 2015. ____; ANGELO, J. A. Mercado de produtos florestais. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 10, n. 8, p. 1-5, ago. 2015. _____. Ativos ambientais. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 10, n. 9, p. 1-8, set. 2015. _. et al. O agronegócio florestal em agosto de 2015. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 10, n. 9, p. 1-5, set. 2015. _; Freitas, S. M.; Campos, A. D. C. O agronegócio florestal em setembro de 2015. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 1-4, out. 2015. _. et al. Mercados florestais em São Paulo: retrospectiva 2015. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 1-5, fev. 2016. _; CAMPOS, A. D. C.; OLIVETTE, M. P. A. Lei Florestal e as ações diretas de inconstitucionalidade (ADINS): efeitos globais na agropecuária paulista. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 11, n. 7, p. 1-9, jul. 2016. ★______; OLIVETTE, M. P. A.(ORGS.) São Paulo: do desmatamento às novas fronteiras 1980-2015. 1 ed. São Paulo: Autografia, 2016.652 p. Francisco, V. L. F. S. et al. Análise comparativa da heveicultura no Estado de São Paulo, 1995/96 e 2007/08. Informações Econômicas, São Paulo, v. 39, n. 9, p. 21-33, set. 2009.

Freitas, S. M.; Castanho Filho, E. P. Brasil expande a cogeração de energia a partir de resíduos agropecuários. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 8, n. 6, p. 1-7, jun. 2013.

GONÇALVES, J. S.; CASTANHO FILHO, E. P. Reserva legal: obrigatoriedade e impactos na agropecuária paulista. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 1-8, jun. 2006.



SUNECHIRO, A. et al. Valor da produção agropecuária e florestal do Estado de São Paulo em 2011. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 1-7, abr. 2012.
et al. Valor da produção agropecuária e florestal do Estado de São Paulo em 2012: estimativa preliminar. Análises ondicadores do Agronegócio , São Paulo, v. 7, n. 10, p. 1-7, out. 2012.
et al. Valor da produção agropecuária por região, Estado de São Paulo, 2012: estimativa preliminar. Análises e Indi- adores do Agronegócio , São Paulo, v. 7, n. 12, p. 1-11, dez. 2012.
et al. Valor da produção agropecuária por região, Estado de São Paulo em 2012. Análises e Indicadores do Agrone (ócio , São Paulo, v. 8, n. 5, p. 1-7, maio 2013.
et al. Valor da produção agropecuária do Estado de São Paulo em 2013: estimativa preliminar. Análises e Indicadore s lo Agronegócio , São Paulo, v. 8, n. 11, p.1-6, nov. 2013.
et al. Valor da produção agropecuária por região, Estado de São Paulo em, 2013: estimativa preliminar. Análises ondicadores do Agronegócio , São Paulo, v. 8, n. 12, p.1-9, dez. 2013.
et al. Valor da produção agropecuária do Estado de São Paulo em 2013. Análises e Indicadores do Agronegócio , São Paulo, v. 9, n. 4, p. 1-7, abr. 2014.